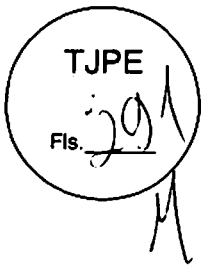




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3784-49.2014.8.17.0000 (332872-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: MANOEL WANDERLEY LOPES LIMA
AGRAVADO: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. SUSPENSÃO DA AÇÃO EM PRIMEIRO GRAU POR CONTA DE REPERCUSSÃO GERAL SOBRE A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO NOS CONTRATOS ANTERIORES À SUA VIGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE ORDEM EXPRESSA DO C. STF PARA O SOBRESTAMENTO DE AÇÕES QUE TRATEM DESSE TEMA. NECESSÁRIO PROSSEGUIMENTO DO FEITO. REAJUSTE DA MENSALIDADE EQUIVALENTE A 92,6% POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. 60 ANOS. EXORBITÂNCIA. ABUSIVIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 51, IV, DO CDC. RECURSO IMPROVIDO.

- Considerando a hipótese prevista no art. 543-B, § 1º do CPC, merece guarida o pleito do Agravante, pois o simples reconhecimento de repercussão geral da matéria discutida em sede de recurso extraordinário não implica na suspensão do processamento das ações que envolvam o tema em análise pelo C. STF, e sim, e apenas, dos recursos extraordinários a ele referentes. Mantido o efetivo prosseguimento do feito.

- É abusiva a cláusula de contrato de adesão que determina unilateralmente o aumento de mensalidade em 92,6%, exclusivamente com fundamento na mudança de faixa etária de segurado.

- Deve-se permitir o aumento, porém, observando-se a boa-fé e a dignidade da pessoa humana, não se podendo inviabilizar a cobertura em razão da impossibilidade de pagamento pelo consumidor.

- Necessidade de análise, nesta instância, do pedido de tutela antecipada, em face do risco de lesão grave ou de difícil reparação ao segurado Agravante.

- Agravo de Instrumento provido, determinando a não incidência do reajuste de 92,6% sobre o contrato objeto da lide, aplicando-se apenas o aumento no percentual autorizado pela ANS (9,04%), sob pena de multa diária no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

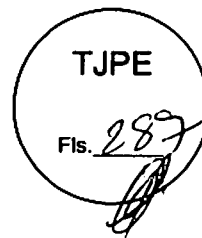
Sala de Sessões, em

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3784-49.2014.8.17.0000 (332872-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: MANOEL WANDERLEY LOPES LIMA

AGRAVADO: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória (fls. 15/16) que suspendeu o curso regular da demanda e deixou para apreciar o pedido de tutela antecipada após o fim do seu sobrestamento, asseverando que:

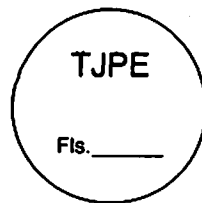
.....

"(...) Tendo em vista a formulação de pedido de suspensão da demanda por se discutir em sede de recurso extraordinário, já sob os cuidados do Pretório Excelso, a aplicação ou não da lei epitetada "Estatuto do Idoso" aos contratos de seguro saúde anteriores à sua vigência, cuido que, por cautela, buscando evitar-se efetivação de decisão de efeito irreversível ou de difícil reversão, deverá este juízo, acolhendo o requerimento defensoral, sobrestar a presente demanda até o julgamento definitivo e imutável do prefalado recurso extraordinário. Ainda que se apreciasse e se acolhesse o pedido atriial de "tutela antecipada", tal decisão estaria inócua e desprovida de qualquer efeito prático, uma vez que, por força do sobrestamento da ação, não poderia ser executada ou efetivada, muito embora este Magistrado entenda, a priori, que, nos moldes do entendimento esposado pelo STJ nas ações que tenham por objeto a discussão sobre a aplicação do Estatuto do Idoso aos contratos de seguro saúde, consoante demonstração pelo autor em sua inicial, precisamente às fls. 07/08, é oportuna a antecipação dos efeitos da tutela reclamada pelo demandante, uma vez que o contrato em espécie é o do tipo seguro saúde de trato sucessivo, diante de Lei Federal de normas impositivas e de ordem pública, DEIXO PARA APRECIAR aquele pedido antecipatório após o fim do sobrestamento da ação; (...)".

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



O caso envolve Ação Ordinária de revisão contratual com pedido de dano moral (processo 0000801-52.2013.8.17.0440 - fls. 17) na qual o ora Agravante visa a concessão da tutela antecipada para a exclusão de reajuste de 92,6% (noventa e dois vírgula seis por cento), incidentes sobre seu seguro de saúde, em razão de mudança de faixa etária (60 anos de idade), até julgamento final da lide, com o ressarcimento imediato dos valores pagos a maior na mensalidade a partir do mês de junho de 2013.

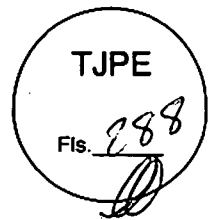
Sustenta que mantém desde 1993 um contrato com a Agravante, Plano de saúde coletivo vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco onde trabalha, tendo sido surpreendido, no mês de junho de 2013, com um reajuste no importe acima referido, passando sua mensalidade de R\$ 718,50 (setecentos e dezoito reais e cinquenta centavos) para R\$ 1.383,90 (mil trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos), descontados diretamente da sua remuneração.

O Agravante completou 60 anos de idade em 07/07/2013, porém no mês de junho de 2013 já vigorava o reajuste supramencionado.

O magistrado de piso determinou o sobrestamento da presente ação até o julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral referente ao tema da aplicação do Estatuto do Idoso nos contratos de seguro saúde anteriores à sua vigência.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Neste sentir, pugna o Agravante pelo regular processamento do feito, pois não há de se falar em sobrestamento no caso em voga uma vez que não houve determinação do ministro Relator do Recurso Extraordinário para a suspensão das ações referentes à matéria discutida nos autos. Deste modo, o reconhecimento de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário possibilita apenas o sobrestamento de eventuais recursos interpostos perante a Suprema Corte e não a suspensão das ações principais, a não ser que haja determinação expressa.

Requeru também a concessão da tutela antecipada, *inaudita altera pars*, para que seja excluído o aumento de 92,6% (noventa e dois vírgula seis por cento) até julgamento final da lide, e que sejam imediatamente ressarcidos os valores pagos a maior nas mensalidades a partir de junho/2013, devidamente corrigidos, sob pena de multa diária.

Em Decisão Interlocutória (fls. 275), deferi a tutela recursal para conceder o efeito suspensivo, com o efetivo prosseguimento do feito por não haver determinação específica do C. STF para a suspensão das ações que discutam a matéria dos autos, a não ser em caso de recurso extraordinário.

É o relatório.

Inclua-se em pauta sem revisão.

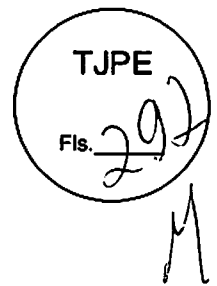
Recife, 06/06/14

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 3784-49.2014.8.17.0000 (332872-9)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: MANOEL WANDERLEY LOPES LIMA

AGRAVADO: SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S.A.

P24

V O T O

Inexistindo elementos para julgar de modo diverso, encampo a linha de pensamento adotada na decisão interlocutória (fls. 275) que apreciou o pedido de atribuição de efeito suspensivo, acrescendo-lhe as razões de decidir adiante expostas.

A matéria do Agravo cinge-se à questão do sobrestamento da ação por conta de reconhecimento de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal no julgamento de Recurso extraordinário que trata da aplicação do Estatuto do Idoso aos contratos de saúde firmados antes de sua vigência.

Considerando a hipótese prevista no art. 543-B, § 1º do CPC¹, entendo merecer guarida o pleito do Agravante, por entender que o simples reconhecimento de repercussão geral da matéria discutida em sede de recurso extraordinário não implica na suspensão do processamento das ações que envolvam o tema em análise pelo C. STF, e sim, e apenas, dos recursos extraordinários a ele referentes.

Neste sentir vale destacar o seguinte julgado (g.n.):

¹ Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.
§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

.....

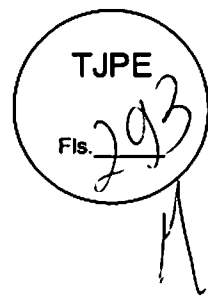
ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO NÍVEL III DOS QUADROS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. 1. *O fato de o Supremo Tribunal Federal, eventualmente, ter concluído pela repercussão geral da matéria não impede o processamento e o julgamento do presente recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, uma vez que o art. 543-B, § 1º, do CPC determina o sobrestamento tão somente dos recursos extraordinários.* Nesse sentido, dentre outros: AgRg no Ag 1221164/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 20/08/2010; AgRg no Ag 1082921/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2010; AgRg no Ag 1159677/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 25/06/2010. 2. O candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital do concurso adquire direito subjetivo à nomeação para o cargo a que concorreu e está habilitado. Precedentes: MS 14.149/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, DJe 6/5/2010; RMS 31.611/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17/5/2010; RMS 30.881/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 10/5/2010; AgRg no RMS 30.308/MS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 15/3/2010; RMS 15.420/PR, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJe 19/5/2008. 3. Deve-se ressaltar que o mandado de segurança está instruído com elementos suficientes à comprovação do alegado direito líquido e certo dos impetrantes. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no RMS 32.083/BA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 28/09/2010)

.....

Em assim sendo, os argumentos acima explicitados são suficientes para demonstrar a verossimilhança do direito pleiteado pelo Agravante, diante do fato de já terem sido feitas cobranças do reajuste acima referido, aparentemente exorbitante, e que continuará a ser feito pelo Agravado, caso persista a suspensão do prosseguimento do feito, bem como o perigo da demora, observado ainda o risco de a sobredita parte quedar sem cobertura por falta de pagamento, caso tenha que decidir pelo cancelamento do plano por não poder adimplir a atual mensalidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Por oportuno, considerando o caráter de extrema urgência da causa e o alto índice de reajuste imposto pelo Agravado ao plano de saúde do Agravante, analiso também o pedido de tutela antecipada requerida com o intuito de impedir maiores prejuízos ao segurado.

Neste sentir, ultrapasso a instância inferior para o célere deslinde da celeuma, tendo em vista o índice de aumento já vir sendo aplicado ao plano do segurado e descontado direto da sua fonte de pagamento salarial.

Ademais, o magistrado de piso, em sua decisão interlocutória (fl. 15), asseverou que: *"muito embora esse magistrado entenda, a priori, que nos moldes do entendimento esposado pelo STJ nas ações que tenham por objeto a discussão sobre a aplicação do Estatuto do Idoso aos contratos de seguro saúde, precisamente às fls. 07/08, é oportuna e devida a antecipação dos efeitos da tutela reclamada pelo demandante, uma vez que o contrato em espécie é de seguro saúde e trato sucessivo (...)"*, se mostrando, portanto, favorável à concessão da tutela.

Importa ainda ressaltar que a Agravada foi devidamente intimada da decisão interlocutória proferida por esta relatoria, tendo, contudo, se quedado inerte (fl. 284).

Com efeito, o contrato de seguro de saúde é basicamente um acordo de transferência da titularidade dos prejuízos econômicos decorrentes da materialização do sinistro, onde aquele que toma a condição de garantidor (seguradora) se obriga ao pagamento das despesas médico-hospitalares, caso o acontecimento infausto previsto na apólice venha a ocorrer.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Neste tipo de negócio, em especial, é imprescindível a confiança mútua no que tange ao cumprimento do pactuado, por se tratar de contrato cativo, caracterizado pela posição de dependência dos consumidores, baseando-se na expectativa de um vínculo duradouro, assegurando a cobertura de serviços médicos quando necessário.

A hipótese em apreço envolve contrato de adesão, cujas cláusulas restritivas são elaboradas unilateralmente pela operadora de planos de saúde. Para obter a cobertura ofertada, o consumidor se sujeita àquelas sem direito de opinar sobre absolutamente nenhum aspecto.

Por oportuno, registro que, diante da crescente repulsa dos Tribunais aos reajustes dos planos de saúde dos idosos, as seguradoras passaram a adotar uma nova estratégia: *aumentar de forma exorbitante as mensalidades dos consumidores que se encontram em idade bem próxima dos 60 (sessenta) anos.*

No caso do Agravante, o reajuste foi realizado um mês antes dele completar 60 (sessenta) anos de idade.

Nestes tipos de contrato, no qual a preservação da vida e da saúde do segurado é o objetivo maior, uma cláusula que prevê um aumento de 92,6% (noventa e dois vírgula seis por cento), como no caso sob exame, meramente em razão da idade do segurado, deve ser declarada nula, pela abusividade nela contida, nos termos do art. 51, IV do CDC².

Em tom uníssono, é o posicionamento da jurisprudência pátria, verbis:

.....

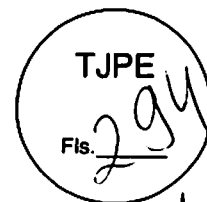
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DO CDC. POSSIBILIDADE.

² Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Drs. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



REAJUSTE ABUSIVO CONFIGURADO. MATÉRIA JÁ PACIFICADA NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83. I - A variação unilateral de mensalidades, pela transferência dos valores de aumento de custos, enseja o enriquecimento sem causa da empresa prestadora de serviços de saúde, criando uma situação de desequilíbrio na relação contratual, ferindo o princípio da igualdade entre partes. O reajuste da contribuição mensal do plano de saúde em percentual exorbitante e sem respaldo contratual, deixado ao arbítrio exclusivo da parte hipersuficiente, merece ser taxado de abusivo e ilegal. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1131324/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 03/06/2009) (g.n)
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE COMPLEMENTAR DE PLANO DE SAÚDE. APLICAÇÃO DE ÍNDICE UNILATERALMENTE ESCOLHIDO. VEDAÇÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

1.- É abusivo o reajuste de plano de saúde pelo índice que melhor atende aos interesses do fornecedor, sem que se acorde ou se dê ao consumidor qualquer informação a respeito do critério adotado. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1087391/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 05/05/2009) (g.n)

.....

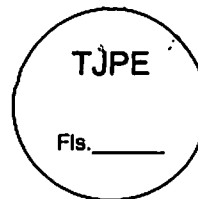
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DO CONSUMIDOR. REAJUSTE DE 75,39% SOBRE A MENSALIDADE DE PLANO DE SAÚDE. MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. EXORBITÂNCIA. ABUSIVIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 51, IV, DO CDC. RECURSO PROVIDO. - É abusiva a cláusula de contrato de adesão que determina unilateralmente o aumento de mensalidade em 75,39% (setenta e cinco vírgula trinta e nove por cento), exclusivamente com fundamento na mudança de faixa etária do segurado; - Na impossibilidade de elevar exageradamente os valores cobrados dos idosos - protegidos pelo respectivo estatuto - não é admissível que o façam em prejuízo de quem ainda "somente" conta 50 (cinquenta) anos de idade; - Deve-se permitir o aumento, porém no percentual aprovado pela ANS, observando-se a boa-fé e a dignidade da pessoa humana, não se podendo inviabilizar a cobertura em razão da impossibilidade de pagamento pelo consumidor; - Agravo de Instrumento provido. (TJ-PE - AI: 591305020128170001 PE 0016850-67.2012.8.17.0000, Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, Data de Julgamento: 31/10/2012, 2ª Câmara Cível) (g.n)

.....

PLANO DE SAÚDE - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C.C - REPARAÇÃO DE DANOS - PARCIAL PROCEDÊNCIA - CONTRATO ANTERIOR À LEI 9.656/98 - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - CONTRATO FIRMADO NO ANO DE 1986, MAS RENOVÁVEL A CADA ANO (TRATO SUCESSIVO) - Cláusula que prevê aumento em razão de mudança de faixa etária. Aplicação do percentual de 50,12%. Abusividade. Embora exista previsão contratual para reajuste por mudança de faixa etária, o percentual praticado é abusivo e coloca o consumidor em verdadeira situação de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



desvantagem. (...) Afastamento do reajuste praticado pela ré. Precedentes (inclusive desta Câmara). Sentença mantida. Recurso improvido. (TJSP – AC 990.10.502544-7 – 8ª C – Rel. Salles Rossi – DJ 19.01.11) (g.n)

.....

Ressalte-se que o posicionamento aqui esposado não reconhece a ilegalidade do reajuste por faixa etária, observada a permissão legal de tal procedimento nos termos do art. 15 da Lei 9.656/98³, mas tão somente a abusividade do percentual aplicado pela seguradora na hipótese em apreço.

Assim, não há dúvida de que a fumaça do bom direito e o perigo da demora militam em favor do Agravante adimplente. Este, apenas em função do acréscimo na sua idade, não pode ser obrigado a arcar o ônus tão elevado, sob pena de restar sem cobertura por impossibilidade de pagamento.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, para reformar a decisão agravada, confirmando o efetivo prosseguimento do feito por inexistir motivo legal para a sua suspensão e determinando a não incidência do reajuste de 92,6% (noventa e dois vírgula seis por cento) sobre o contrato objeto da lide, até ulterior deliberação, aplicando-se apenas o aumento no percentual autorizado pela ANS (9,04%).

Fixo, por fim, multa diária, no importe de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na hipótese da Agravada descumprir a supracitada obrigação de fazer, nos termos do art. 461, §4º do CPC.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator

³ Art. 15. A variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em razão da idade do consumidor, somente poderá ocorrer caso estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajustes incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS, ressalvado o disposto no art. 35-E.